



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO  
PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA  
6º. EXAME DE SELEÇÃO – PROVA DISCURSIVA – 24.05.2014

**DIREITO CONSTITUCIONAL**

1 – Tício, servidor público estatutário, ajuizou ação indenizatória em face do ente público alegando que, a despeito de ter sido contemplado com vantagens remuneratórias específicas ao longo dos últimos cinco anos, o réu não teria editado leis anuais de revisão geral, na forma da Constituição. Requereu, assim, indenização por alegada omissão inconstitucional do ente. Apresente os argumentos que podem ser invocados na defesa do ente em juízo. (50 pontos)

2 – Analise a constitucionalidade de emenda à Constituição Estadual com o seguinte teor: "Serão de execução obrigatória os dispositivos da lei orçamentária anual introduzidos por emenda parlamentar ao respectivo projeto de lei que prevejam a destinação de créditos orçamentários" (50 pontos)

**DIREITO ADMINISTRATIVO**

1 – Discorra sobre a modulação de efeitos temporais na invalidação dos atos administrativos. (50 pontos)

2 – Firmado convênio entre o Estado e entidade privada pelo prazo de dois anos, esta decide denunciá-lo após nove meses. Considerando que o Estado aplicou recursos para a criação de estrutura necessária à realização do objeto conveniado, opine justificadamente sobre a viabilidade da denúncia imotivada pelo particular e eventuais efeitos de tal ato. (50 pontos)

**DIREITO PROCESSUAL CIVIL**

1 – Quais os requisitos para a cumulação de ações? (50 pontos)

2 – Na fase de cumprimento de sentença transitada em julgado envolvendo obrigação de fazer, que mecanismos estariam à disposição do Juiz para a efetivação da decisão? (50 pontos)